

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

RG DO CANDIDATO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

- I. Nesta prova, você encontrará 04 (quatro) páginas numeradas sequencialmente, contendo 15 (quinze) questões correspondentes às seguintes disciplinas: Estatística (05 questões), Noções de Direitos Humanos (05 questões) e 05 (cinco) questões discursivas.
- II. Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos no cartão de respostas. Se houver erro, notifique o fiscal.
- III. Assine e preencha o cartão de respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta.
- IV. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- V. A resposta para as questões dissertativas deverá ter no máximo 10 linhas.
- VI. Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer esta prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar o cartão de respostas.
- VII. O candidato só poderá retirar-se do setor de prova 1 (uma) hora após seu início.
- VIII. O candidato não poderá levar o caderno de questões. O caderno de questões será publicado no site do IBFC, no prazo recursal contra gabarito.
- IX. Marque o cartão de respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo no próprio cartão de respostas.
- X. A leitora óptica não registrará as respostas em que houver falta de nitidez e/ou marcação de mais de uma alternativa.
- XI. O cartão de respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.
- XII. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o cartão de respostas e este caderno. As observações ou marcações registradas no caderno não serão levadas em consideração.
- XIII. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, pager ou similares.

Boa Prova!

DESTAQUE AQUI

GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO

Nome:	Assinatura do Candidato:	Inscrição:
-------	--------------------------	------------

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

RASCUNHO

Transcreva a resposta da questão dissertativa em até 10 linhas, com caneta azul ou preta, para o cartão de respostas.

- 1) O que se deve entender por “Reforma do Estado”? Analise e discorra sobre esse tema, abordando: o movimento a partir de 1990; o marco regulatório correspondente, o processo de privatizações e seus argumentos justificadores.**

Nos anos 90, inicia-se a reforma do Estado através da implantação do Programa Nacional de Desestatização, também conhecido como PND. Foram privatizadas diversas empresas públicas em diversas áreas de atuação estatal, tais como mineração, siderurgia, petroquímica, distribuição de gás canalizado, a infra-estrutura de transportes, e determinados bancos estatais. O argumento central que fundamentou tais ações consistiu na necessidade de saneamento financeiro do setor público e na presunção de que a gestão privada é mais eficiente do que a pública em atividades de mercado. As mais numerosas, e valiosas, privatizações de serviços públicos foram realizadas durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, tendo o BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social como órgão gestor. Em apoio técnico ao BNDES atuaram empresas de auditoria de prestígio internacional.

- 2) Ainda sobre tema da “Reforma do Estado”, aponte as principais alterações constitucionais que ocorreram em decorrência desse movimento, sua especial relação com o desmonte do setor produtivo estatal.**

A reforma do Estado exigiu mudanças constitucionais, as quais foram feitas com o propósito de liberalizar a economia, ampliar a concorrência em mercados específicos e adaptar a organização interna do Estado às novas condições impostas pela globalização. Dentre as emendas constitucionais que visaram a liberalização de mercados, na gestão FHC, salvo engano podemos enfatizar: a abertura da cabotagem e da navegação interior a embarcações estrangeiras; a quebra de monopólios estratégicos (serviços de telecomunicações, pesquisa/lavra/refinação/transporte de petróleo, e atividades de resseguro); a exclusão dos serviços de polícia aérea da competência da União; a permissão para a exploração por empresas privadas dos serviços locais de gás canalizado; e o abandono da exigência de lei complementar no enquadramento do direito de greve, não olvidando a reforma do Judiciário.

3) Defina “Governança” em sua relação com a Reforma do Estado e o papel exercido pelo Banco Mundial nesse processo.

Governança significa a gestão administrativa da ordem social. Está vinculada à prioridade do econômico sobre o político, do capital sobre o Estado, do mercado sobre a democracia, do lucro sobre a justiça social. É a vitória final do dinheiro sobre valores éticos e sociais. Tem um alcance implícito que é o de despolitização das escolhas/ajustes sociais. Em outros termos, o poder estaria confiscado pelas elites financeiras e técnico-administrativas com finalidades decididas de antemão e na ausência das sociedades. As inovações institucionais do Banco Mundial, em matéria de boa governança, ilustram bem esta compreensão, por várias razões: este Banco colocou-se como um poder tecnocrático que, desde o relatório de 1997 sobre “O Estado em um mundo em desenvolvimento” reivindica abertamente para si um papel político, nos países do Sul, e elabora para esses países reformas políticas das quais dependem as liberações de ajuda.

4) Diante o processo de análise de políticas públicas, identifique e discorra sobre a identificação dos 3 (três) principais tipos de analistas de políticas públicas.

É possível identificar três tipos de analistas de políticas públicas: o “técnico”: interessado em pesquisa policy-oriented, é um acadêmico preocupado com a burocracia; o “político”: interessado em Análise de Política na medida em que lhe permite aumentar sua influência política; o “empreendedor” interessado em usar a Análise de Política para influenciar a política. O caráter de policy orientation da Análise de Política sugere que a preocupação do analista seja mais direcionada à “análise da determinação da política” do que à “análise do conteúdo da política”. A posição não-engajada, puramente acadêmica, é válida na medida em que a isenção permite uma análise mais rigorosa. Ela não deve impedir o cumprimento do objetivo maior (normativo), que deve ser a melhoria do processo político. Esta não necessariamente implica numa identificação com os objetivos daqueles que controlam o processo político.

5) Discorra sobre Governo eletrônico: avanços e desafios na relação do governo com o cidadão e com a gestão pública.

As ações do programa de Governo Eletrônico priorizam o uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC's) para democratizar o acesso à informação, visando ampliar o debate e a participação popular na construção das políticas públicas, como também aprimorar a qualidade dos serviços e informações públicas prestadas. A política de Governo Eletrônico do Estado brasileiro segue um conjunto de diretrizes baseado em três ideias fundamentais: participação cidadã; melhoria do gerenciamento interno do Estado; e integração com parceiros e fornecedores. Transformar a relação do governo com a sociedade e promover interatividade com cidadãos, empresas e órgãos governamentais melhora o processo de democratização do país, dinamiza os serviços públicos e proporciona uma administração pública mais eficiente, já que, agora, a sociedade possui instrumentos para se manifestar junto às ações governamentais.